



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

ATA Nº5/2021

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS REALIZADA NO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E UM.-----

-----Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um compareceram para uma reunião ordinária com a ordem de trabalhos abaixo indicada, os membros da Assembleia de Freguesia, Senhores Luís Armando Rodrigues Soeiro, Cecília Maria Antunes Soeiro Matos, Mariana Soeiro Varela, Inácia Pereira Gonçalves Ricardo, Leandro Filipe da Silva Freitas Lopes, Augusto Aurélio Rainho, Rute Isabel Morgado Alves Neves Engrácio, Ernesto Morgado Marques Pereira, David Jorge Varela Silvestre.-----

1- Apreciação e tomada de conhecimento da informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia e da situação financeira, nos termos do art. 9.º n.º 2, alínea e) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.--

2- Apreciação do Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, relativo ao Primeiro (1.º) Semestre do ano de dois mil e vinte e um (2021). -----

3- Apreciação e Votação da Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades mais relevantes da Junta de Freguesia de Galveias e Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e dois (2022), de acordo com a alínea a) nr. 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

4- Ratificação e votação da Proposta de Protocolo de Transferência de Competências das Juntas de Freguesia para o Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor – Área da Educação.-----

5- Apreciação e votação da Minuta do Contrato Interadministrativo a celebrar com o Município de Ponte de Sor para o Fornecimento de Refeições Escolares Mandato Autárquico – 2021/2025.-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

6- Apreciação e tomada de conhecimento das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de Abril, aditado pela Lei n.º 12/2020 de 7 de Maio. -----

-----INICIO DE REUNIÃO-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia coloca a ata da sessão anterior em votação, mas apenas a Senhora Cecília, a Senhora Inácia e o Senhor Luís que podem votar, visto que os restantes membros não estavam presentes na sessão anterior. **Aprovada por unanimidade.** -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente explica que teve algumas dúvidas na leitura dos documentos, “Em relação ao processo levantado pela AFLOSOR” o Senhor Presidente diz que “ Gostava de saber que processo é esse, porque eu não tenho conhecimento do que é isso. Gostava também de ter conhecimento da reunião que houve com o SINTAP e também com a Associação de Caçadores de Galveias.”-----

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia inicia a sua intervenção com uma saudação especial à D. Rute que tomou posse no dia da sessão, visto não ter conseguido estar presente na sessão de instalação da Assembleia de Freguesia. “Seja bem-vinda! Esperamos poder fazer um bom mandato, um bom trabalho a favor da nossa Freguesia.” Em resposta às questões colocadas pelo Senhor Presidente, a Senhora Presidente esclarece: “A Junta de Freguesia tem a decorrer no Tribunal de Ponte de Sor um processo levantado pela AFLOSOR, porque a AFLOSOR tinha a Junta de Freguesia como sua associada, quando chegámos em 2017. Nos termos da Lei 75/2013, as Juntas de Freguesia não podem ser associadas de outras entidades que não outras Freguesias. Daí nós termos denunciado a situação de associada que a Junta de Freguesia tinha com a AFLOSOR, como tinha com outras entidades. A AFLOSOR não aceitou a nossa informação, questionou-a do ponto de vista jurídico, e emitiu a fatura das quotas que queriam que a Junta de Freguesia pagasse. Por se tratar de uma situação que estava fora da norma legal e por indicação da nossa assessoria jurídica, foi-nos sugerido que não fizéssemos pagamento da fatura, para não continuar a incorrer numa situação de ilegalidade. Nada nos move contra a AFLOSOR, mas,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

perante esta situação rescindimos quotas que existiam, não só com a AFLOSOR, mas com a ACORPSOR e também com a Associação de Produtores Vinícolas, dado que por via da vinha estava também estabelecida uma situação dessa natureza. Em função disto, a AFLOSOR emitiu a fatura, mandou para a Junta de Freguesia, a Junta não pagou e a AFLOSOR acabou por colocar um processo em Tribunal que decorre neste momento. Houve uma primeira fase de audiência há poucos dias e terminará, em princípio, no dia 4 de Fevereiro, que será para quando foi remarcada a parte restante da audiência. Neste momento, é o que se nos oferece dizer, aguardamos a decisão do Tribunal, e aquilo que o Tribunal decidir a Junta de Freguesia cumprirá. Relativamente às reuniões com o SINTAP e com a Associação de Caçadores, o SINTAP tem colocado algumas questões à Junta de Freguesia relativamente àquilo que considera que são direitos não reconhecidos aos trabalhadores que foram admitidos no âmbito da inclusão em PREVPAP. Como sabemos, a Freguesia de Galveias incluiu todos os trabalhadores que, na altura, reuniam condições para tal no âmbito do PREVPAP em 2018 e agora que foi, na sequência da fase de avaliação em sede de SIADAP, que o Sindicato veio colocar esta questão porque considera que há trabalhadores que terão pontos sobrantes que lhes devem ser reconhecidos e que, por via disso, pretende que a Junta de Freguesia reconheça esses pontos.” -----

----- A Senhora Presidente sugere que o senhor Dr. António Danado, que tem acompanhado muito de perto a negociação, explique esta situação. -----

----- A Senhora Presidente continua, *“o que a Junta de Freguesia procurou fazer, porque a preocupação foi sempre não prejudicar os trabalhadores, dado que eles tinham contratos que não estavam nos termos da lei, mas a responsabilidade dos contratos e da forma como os contratos foram feitos não é responsabilidade dos trabalhadores e o que a Junta de Freguesia procurou fazer foi reconhecer todo o tempo de serviço que os trabalhadores tinham, para que não saíssem prejudicados da integração no PREVPAP, dado que a integração previa a sua entrada no limite mais baixo da carreira. E, tendo em conta a quantidade de anos que os trabalhadores tinham, e que por via do contrato que lhes tinha sido feito, havia regalias que lhe tinham sido atribuídas, que se entrassem como salário mínimo nacional, pura e*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

simplesmente, sairiam prejudicados desse processo de integração. Procurámos encontrar soluções para que não fossem prejudicados, de algum modo, na sua integração. E, por via disso, vem agora o SINTAP reivindicar pontos sobrantes, dado que foram reconhecidos todos os anos de serviço que os trabalhadores tinham e que não tinham sido submetidos a sistema de avaliação. Sabemos que o sistema de avaliação entrou em vigor bem depois de muitos deles estarem ao serviço na Junta mas, por via dos seus contratos, eles não tinham, porque não constavam do mapa de pessoal da Freguesia, não tinham esse sistema de avaliação, e não lhes foi feita a avaliação e o estatuto. O que nós procurámos foi reconhecer esse tempo de serviço, para não lhes impor nenhum prejuízo financeiro. Foi por via dessa situação que, tendo em conta tudo aquilo que foi possível reunir, que tratámos da integração que foi tratada connosco e com, com a ajuda e parecer jurídico também, não apenas da nossa assessoria jurídica, mas da ANAFRE, da Associação Nacional de Freguesias. Reunimos com a direção e com o seu Presidente a propósito deste e de outros problemas da nossa Freguesia e - inclusivamente, também por diligências do Senhor Presidente da ANAFRE, na altura, o Dr. Pedro Cegonho - chegámos a reunir também com o Senhor Secretário de Estado da tutela, o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, que nos recebeu no seu gabinete com a sua chefe de gabinete e com a Senhora Diretora Geral das Autarquias Locais. E tratámos, deste problema que nos preocupava bastante, porque ter 36 trabalhadores nesta situação era algo de forte preocupação para a Freguesia e para a estabilidade, até, dos próprios trabalhadores e dos serviços que são prestados à Freguesia. Nesta base de desenvolvimento do processo e por sugestão da chefe de gabinete, que é jurista, também, e o Senhor Secretário de Estado, foi este o caminho que se encontrou em cooperação, também com os representantes dos trabalhadores, na altura, que não o SINTAP - que não tinha associados nesta situação e que não veio ao tratamento deste problema - mas com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, com quem reunimos e com os juristas, inclusivamente, que prestam também apoio. E, foi na sequência desta base de trabalho que se desenvolveu a integração dos trabalhadores no sistema da administração pública, no mapa de pessoal da Junta de Freguesia e foram integrados no âmbito da



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

legislação do PREVPAP. O SINTAP veio levantar este problema. Entretanto, contactou trabalhadores, fê-los seus associados e, por via dos contactos que manteve com os trabalhadores, veio questionar e é este o processo que decorre neste momento e a reunião que está aí referida foi uma das reuniões, das várias que já tivemos sobre este assunto.” -----

----- O Senhor Dr. António Danado explica: “Há aqui duas questões de pertinência jurídica sobre a matéria. Se não fosse tão controvertida, a Meritíssima Juiz de Direito não estaria neste momento a tentar apreciar e ouvir todas as testemunhas e mais algumas para tentar perceber de onde resulta e quais é que são as respostas necessárias para esta situação, qual é a melhor resposta. Neste momento não é a questão que está aqui é uma questão mais se há dívida e, depois, se ela é exigível. Porque isto em Direito não basta emitir-se uma fatura, é preciso que a fatura seja resultante de um serviço prestado pelo requisitado, tenha cumprido os devidos procedimentos formais, nomeadamente tenha o seu cabimento e compromisso em Direito Público, tem de ter cabimento e compromisso nos termos da Lei 8/2012. Todas estas matérias têm que cumprir uma série de procedimentos. E foi isto que nós informámos e dissemos em 2017, assim que houve as eleições intercalares e fizemos a análise de todas as questões, informámos: - “Atenção, que a 75/2013 não permite mais que as Juntas de Freguesia sejam associadas de associações.” Eu posso-vos garantir que as Juntas de Freguesia eram associadas das sociedades recreativas, das associações de bombeiros, tudo o que mexia na sociedade civil, as Juntas de Freguesia eram associadas. E isto criava um problema grave, que era um problema de incompatibilidade e de impedimentos. Como é que uma associada, depois, podia dar apoios financeiros a estas associações? Estavam impedidas de o fazer nos termos da Lei. Depois, no próprio Código de Procedimento Administrativo, criavam-se aqui impedimentos. E, por isso, é que a Lei 75/2013 veio alterar esta forma de trabalhar, e veio dizer: - “Não, as freguesias só se podem associar em associações de direito público ou associações de freguesias”. É uma das questões que está a ser levantada. No âmbito das freguesias há outra questão, que é: há associações de direito público criadas pelos municípios, as CIN’s, as comunidades intermunicipais, acabam por ser criadas como



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

associações de direito público, em que as freguesias não podem participar. Aliás, no próprio conselho intermunicipal das CIN's em que são eleitos em assembleia municipal, os presidentes de junta estão impedidos de votar e de ser eleitos. É para vermos a distinção que foi feita com a 75/2013 e o extremar de posições nesta matéria. Em relação à AFLOSOR queria só dar também aqui esta nuance. Em relação ao SINTAP, a questão é um bocadinho mais complexa, pelos valores que os trabalhadores estavam a receber quando foram integrados. Os trabalhadores estavam a receber mais que o dobro de um assistente técnico, legalmente permitido, na altura. Mais do que legalmente era pago de acordo com a tabela remuneratória da função pública de um assistente técnico. Nós tivemos muita dificuldade em tentar explicar a todos os trabalhadores, primeiro, aqueles valores que estavam a receber não tinham enquadramento legal nenhum, não podiam continuar a receber aqueles valores, que nunca poderia ser enquadrado por aqueles valores mas que, no âmbito da tabela remuneratória única, nós iríamos tentar negociar o pacote na melhor forma possível. Lembro que, na altura, em 2017, quando foi do PREVPAP, havia uma obrigação de integração pela primeira base da tabela remuneratória única. Não podia integrar-se por outra, não havia fase de negociação, estavam as carreiras congeladas. Lembro-me dessa matéria, até porque depois, é ao abrigo destas carreiras congeladas, que no Orçamento de Estado para 2019 veio a reconhecer que todos os pontos congelados nesse tempo, deviam ser recuperados. E é esta discussão jurídica que nós temos tido, tanto o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública como eu em representação da Junta de Freguesia, e é esta discordância jurídica que nós temos. É que entendemos que em 2017-2018, quando os trabalhadores foram integrados, eles não ficaram com pontos congelados, porque eles não tinham sequer avaliação. Aliás, nós reconhecemos, para tentar, demos-lhe um ponto por cada ano de trabalho. Mas, havia aqui trabalhadores a quem foram atribuídos 32 pontos, quando legalmente só podiam ser atribuídos 12. Legalmente, no âmbito da negociação entendemos que tínhamos de atribuir 32 pontos. Porquê? Porque eram os anos de trabalho que lá estavam. E foi uma forma de os fazer crescer 3 índices da tabela remuneratória. Acontece que o SINTAP entende que não é assim. Imaginemos, um trabalhador que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

tivesse entrado no ano 2000, em 2018 teria feito 18 anos da tabela de carreira. Acontece, porém, que a avaliação vem do ano de 2004, ora, os 18 anos nunca eram contabilizados, o máximo que seria contabilizado era 14, nunca 18. Mas, nós contabilizámos os 18 anos, aliás, aqueles que entraram em 98 levaram com 20 anos, subiram logo dois patamares, para tentar não prejudicar os trabalhadores. Houve alguns trabalhadores que foram prejudicados de alguma maneira, em algumas parcelas, os trabalhadores mais antigos, em pequenas parcelas, estamos a falar de 20 ou 30 euros. Não se conseguiam integrar na tabela remuneratória. E, de facto, e assumimo-lo, e falámos com os trabalhadores e assumimos, “nós estamos aqui para resolver o vosso problema, mas não conseguimos resolvê-lo na totalidade”. O SINTAP entende ainda que esses valores devem ser ainda reintegrados e reconhecidos, ou seja, deve ser contada à proporção de duas vezes. E é esta discordância que nós temos tido os dois. Já me desloquei a Lisboa, aos serviços centrais do SINTAP, para falar, diretamente com o jurista da SINTAP. Porque, de facto, a informação que era levada daqui não era a mesma informação que eu tinha e andávamos a discutir sobre pontos diferentes. E não, e eu disse mesmo: - “Não, isto, o melhor é a gente sentar-se à mesa - desculpem lá a expressão – lamber papel, irmos ver processo a processo, e ver o que é que se passa”. É uma das questões que estão para analisar no início do ano. Nós queremos resolver aquilo que se for de direito e consista em enquadramento político-jurídico e legal, queremos, acima de tudo, enquadrar todas as matérias. Agora, foi o que eu disse também ao colega: - “Ó colega, eu por mim, sentir-me-ia muito mais à vontade e posso-lhe garantir que a Junta de Freguesia nesta matéria não vai contestar, se tivesse uma decisão judicial nessa matéria.” Se o colega avançasse com uma ação judicial para reconhecimento desse direito, eu estava muito mais à vontade. Mas, também avisei-o logo: - “Atenção, pode haver aqui questões de reintegração de valores, porque houve valores indevidamente pagos durante 15, 16, 17 anos em que os trabalhadores estiveram aqui a trabalhar na Junta. Estiveram a receber muito acima do valor de retribuição que lhe era devida. Portanto, tenha atenção a isso”. Porque a gente não pode só olhar para a frente, temos de olhar para todo um entourage que havia neste processo e era muito complexo, de facto. Processo que ninguém quis



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

resolver, e atenção que isto aqui não é culpa de nenhum partido político, passaram por aqui todos. Pelo menos as duas principais forças políticas passaram por aqui a responsabilidade é dos dois. Não vale a pena estar a esgrimir argumentos e mandar para cima dos outros, mas os dois partidos políticos que geriram a Junta de Freguesia desde o 25 de Abril, que não quiseram resolver esta situação. Andaram a empurrar e, depois, temos este problema, e agora já não dá para empurrar mais, resolveu-se. Resolveu-se, já se resolveu mais uma série de questões, creio que houve também durante este ano um concurso, abriu este ano um concurso de pessoal que também levou à introdução de uma série de pessoas. Está-se a resolver, a minimizar ao máximo os famosos recibos verdes, a minimizar ao máximo os contratos Ad hoc e a tentar integrar nos quadros da Junta de Freguesia aquilo que é para respostas permanentes das competências e das necessidades da Junta de Freguesia. É isso que desde 2017 se tem vindo a fazer. Estou, no entanto, disponível para qualquer esclarecimento adicional que o Senhor Presidente entender por conveniente.” -----

----- A Senhora Presidente volta a responder às questões do Senhor Presidente e diz, “Relativamente à Associação de Caçadores o que é que nós fizemos? Surgiram alterações nos corpos sociais da Associação, fomos informados disso, foram apresentados cumprimentos e, recentemente, surgiram algumas dificuldades no que se refere à compatibilização entre a atividade agrícola da Freguesia de Galveias e a atividade dos caçadores por via das caçadas que foram agendadas, nas quais surgiram alguns problemas. Mas, na primeira reunião que tivemos veio a informação e a pretensão, por parte da nova direção da Associação de retirar aos caçadores de Galveias, não associados da Associação, o direito que está consagrado no protocolo, que está estabelecido e que vigora desde 2012, se a memória não me falha, entre a Freguesia de Galveias e a Associação de Caçadores, que permite que a Associação de Caçadores desenvolva a sua atividade em todas as terras que a Junta de Freguesia gere diretamente, nomeadamente todas aqui à volta de Galveias e também nas Freiras. Para as Freiras existe um protocolo especificamente para aquela herdade, embora os termos sejam os mesmos, apenas muda o nome da herdade, os termos são semelhantes para os dois protocolos. Mas, há um protocolo a todas as herdades, Torre,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Cantarinho, Laranjeiras, etc., todas aqui ligadas a Galveias e depois um outro semelhante para a Herdade das Freiras. Esses protocolos preveem que a Associação de Caçadores possa desenvolver a sua atividade em todas as terras que a Freguesia gere, não há qualquer pagamento da Associação à Freguesia, há sim uma cláusula que define que os caçadores de Galveias não associados da Associação têm que ser tratados em pé de igualdade com os associados da Associação, porque os associados da Associação podem ser de Galveias, ou não. A nova direção pretendia que essa distinção aos caçadores de Galveias não associados, fosse retirada e que não fosse reconhecido esse direito. Nós entendemos não mexer nos protocolos, e entendemos que enquanto existem e não forem revistos, vigoram tal qual estão e terão que ser respeitados por ambas as partes. E, foi isto que foi transmitido à direção da Associação, não houve qualquer alteração àquilo que estava estipulado e em vigor, desde o protocolo que foi assinado pelo então Presidente. Posteriormente a isto, ocorreram caçadas aos javalis e uma deles até gerou um acidente em que uma ovelha foi mordida por uma das matilhas dos caçadores, vindo a ovelha depois a morrer. E houve também um borrego que foi atacado, e esse sobreviveu porque foi cuidado a tempo. Tivemos nova reunião com a direção da Associação de Caçadores, que foi a última que ocorreu, porque um conjunto de caçadores de Galveias não associados, fizeram chegar à Junta de Freguesia uma reclamação por não serem tratados nos termos do protocolo em vigor, exigindo e reclamando o seu tratamento em pé de igualdade com os demais caçadores. Estas reuniões ocorreram nesta semana mesmo, foi transmitido quer a uns quer a outros que a Junta respeita este protocolo e o seu teor. São 13 nomes que assinaram o documento.”-----

----- A Senhora Cecília Matos faz uma referência positiva ao desempenho da Junta de Freguesia com um pequeno texto: *“Para a Senhora Presidente, restantes Membros do Executivo e as pessoas que têm trabalhado para resolver problemas na nossa Freguesia. Mesmo sem os milhões que há uns anos atrás enchiam os cofres da Junta, o Executivo da CDU tem trabalhado, tem sabido trabalhar para recuperar e melhorar muito o património da Freguesia. Hoje, quero referir-me às obras nos casões da antiga cooperativa agrícola, ali vão ser instalados os serviços operativos, dando dignidade*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

àquele espaço e assegurando melhores condições de trabalho aos serviços; à Casa do Outeiro, que ameaçava ruir e que está agora totalmente recuperada. Na entrada norte da vila, onde está o galo, símbolo da lenda que deu o nome a Galveias. Aqui deixo um agradecimento ao Sr. Carlos Sousa pela sua dedicação à nossa terra, e também ele participou neste projeto. Destaco aqui a lucidez da reposição da calçada que outrora ornamentava o Largo do Terreiro, e que embeleza ainda mais a requalificação da entrada norte da nossa vila. O último destaque que aqui deixo refere-se à missão exata que a Senhora Presidente teve da necessidade de requalificar o mercado. A Junta de Freguesia e o Município de Ponte de Sor, em diálogo construtivo e de cooperação deram o impulso necessário para transformar um espaço obsoleto num moderno multiusos. Bem-haja por isso, este é o caminho que deve ser percorrido, porque muito mais há para recuperar.” -----

----- A Senhora Inácia Ricardo pergunta: “O facto de haver azeitona este ano é sinal de que a estiva é mais elevada? A Junta cobra alguma coisa pela trituração da azeitona e pelo vasilhame?” -----

----- A Senhora Presidente agradece as palavra “elogiosas do trabalho desenvolvido, porque, trata-se de ações que também nos orgulham, e que trarão seguramente, melhores condições de trabalho, melhor qualidade, até à própria imagem da Freguesia, quer pela Casa do Outeiro quer pela escultura e também pelo mercado, no futuro, logo que esteja concluído, não tardará muito, seguramente. Apraz-nos, de facto, registar a boa capacidade de diálogo que temos estabelecido com o Município. Temos conseguido, levar por diante esta obra de grande valor e acredito que outras virão, porque o diálogo tem-se mantido, tem sido profícuo e o próprio orçamento municipal e o PPI para este 2022 revela essa capacidade de diálogo e de cooperação que está instalada entre as duas Autarquias.” Relativamente à questão do lagar, a Senhora Presidente esclarece: “O lagar este ano trabalhou para moer muitíssimo mais azeitona do que no ano passado. Todos sabemos que a nível nacional, estivemos e estamos nesta época, perante uma colheita única desde que há registos. Isto é a comunicação social nacional que o diz, são os jornais que o referem com dados



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

e com estatísticas que revelam isso mesmo. Mas relativamente à estiva sabemos que a estiva resulta da capacidade que a azeitona tem de dar azeite. Não é por a produção ser maior que a azeitona dá mais azeite, por si e aquilo que nós decidimos relativamente à estiva, decidimo-lo de acordo com o que tem sido a produção da azeitona, com os dados que temos e também a consciência clara, definida, de que estamos a dar uma estiva superior aos lagares que circundam Galveias. O que rege por aí são 7, 7 ½, 8 e nós demos 9 e, na sequência do que vimos fazendo, porque entendemos que o lagar e o trabalho, e o serviço que é prestado aos pequenos produtores e aos produtores de azeitona de Galveias, é também um serviço de apoio que a Junta de Freguesia presta, como tem prestado, e não é deste mandato, não é deste ano, é desde que o lagar existe. Porque sempre houve essa preocupação de prestar apoio aos produtores e por via disso, também a estiva ser um bocadinho mais elevada do que aquilo que é praticado nos outros lagares aqui à volta. Por outro lado, aqui à volta paga-se para que a azeitona seja moída, em Galveias não se paga. Aqui à volta, para se levantar o azeite não se está à espera, em muitos casos, poderá haver alguns que sim, mas não se está à espera que o azeite assente completamente nos potes para que os produtores levem para casa apenas o azeite e não borras à mistura. Nas Galveias essa preocupação existe. Fazemos aquilo que temos que fazer, de analisar o azeite, isso faz parte das regras da segurança alimentar a que qualquer entidade ou qualquer lagar estará obrigado, mas temos a preocupação de não enviar para casa dos produtores borras em vez de azeite. Daí o azeite ficar em repouso 30 dias, não apenas para aguardar pelo resultado das análises que são feitas a cada um dos potes, mas para que assente devidamente e os produtores levem para casa azeite, porque as borras ficam no fundo dos potes. Por outro lado, temos também esta preocupação de - e tem sido também uma forma de apoio que temos dado - o facto de o vasilhame em que os produtores levantam o azeite é fornecido também pelo lagar e não há qualquer pagamento por isso. E, nós sabemos que há lagares que cobram, por exemplo, para moer cada quilo de azeitona, 13 cêntimos. E se a azeitona levar folhas, o lagar limpa, mas o produtor paga outros 13 cêntimos por cada quilo, para limpar. E depois, o produtor vai buscar o azeite, até vai buscá-lo no dia seguinte. Este exemplo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

que eu estou a dar é assim: vai no dia seguinte, pode ir levantar o azeite, é claro que leva azeite, leva as borras também. Mas ou leva vasilhame, ou paga-se 80 cêntimos por cada garrafão de 5 litros que o lagar lhe fornecer. Nós não estamos nesta senda, temos tido, de facto, aqui uma política de apoios sociais e de apoios diversos, que já existiam várias medidas e nós temos mantido e temos reforçado essas mesmas medidas, e este apoio em termos do lagar é também um dos exemplos em que isto é assumido por nós. É claro que, e estamos a trabalhar também nesse sentido, aliás, o Dr. António Danado está a dar-nos também apoio neste aspeto e, futuramente, criaremos um conjunto de normas que consubstanciam este tipo de apoios, para ficarem também admoestadas e que possam ser de fácil acesso a qualquer cidadão que queira conhecê-las. Mesmo os serviços que são prestados, porque são serviços de apoio social ou são serviços de apoio à população da Freguesia e, pela situação que a Freguesia tem, faz todo o sentido esta situação. É claro que também nos preocupamos sempre com o cumprimento da lei. A Junta de Freguesia é o órgão autárquico que está mais junto da população e há sempre uma certa tendência por parte de pessoas da população em verem a Junta como aquela entidade que pode dar tudo e que pode passar até por cima das normas legais. Há esta visão nalgumas pessoas. Nós procuramos esclarecer, procuramos informar e temos sempre a preocupação de não violar as regras legais, mas apoiar o máximo possível. E é na junção destas duas preocupações que temos procurado o equilíbrio e que temos trabalhado, desde que eu estou na Junta de Freguesia. O lagar, este ano, seguramente terá uma produção em quantidade de azeite muito mais do que teve no ano passado. O ano passado moeu cerca de 100 toneladas de azeitona, este ano ultrapassou as 400. Naturalmente, a produção de azeite para a Junta de Freguesia e para os produtores foi francamente superior. Tanto assim é que tivemos que adquirir mais 3 potes para além dos que já havia, nós quando chegámos à Junta havia 6 potes, adquirimos mais 2 há 2 anos, e este ano adquirimos mais 3. E, mesmo assim, graças à possibilidade de rotatividade que tivemos, porque a produção também levou muito tempo a apanhar, o primeiro pote que foi cheio foi possível esperar pelas análises, ser embalado, e foi novamente utilizado, e está lá cheio agora à espera que venha o resultado das análises desta



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

segunda utilização. No fundo, temos lá 11 potes, mas enchemos 12 e ainda mais um bocadinho de outro. Na rotatividade da utilização foi possível isto acontecer. Significa que temos a nível geral muito azeite produzido este ano e no caso de Galveias é de muito boa qualidade, as análises provam-no. Os Senhores Membros, quando quiserem, poderão consultar os resultados, porque eles estão feitos pote a pote e estão nos serviços da Junta.”-----

-----O Senhor Augusto Rainho pede a palavra e começa por cumprimentar a Assembleia de Freguesia: *“Boa tarde a todos! Em primeiro lugar, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente do Executivo, senhoras e senhores Membros da Assembleia e senhoras e senhores aqui presentes, na Assembleia: é com muito orgulho que todos os membros eleitos pela lista do Partido Socialista estão aqui a representar todos aqueles que nos deram a vossa confiança através do seu voto. Desde já, o meu muito obrigado, e dos restantes aqui. Queremos uma vida de visão para o futuro e para o mundo. Definiremos os direitos iguais para todos os Galveenses, sejam ou não naturais da nossa vila. Estamos neste projeto para fazer de Galveias uma terra próspera e principalmente com futuro.”* E pergunta: *“Há dois trabalhadores que fazem exatamente o mesmo trabalho, porque é que um se desloca em um veículo motorizado e outro numa carrinha cedida pela Junta? Sendo os dois guardas florestais, qual o motivo? Outra pergunta: porque é que há muitos trabalhadores que trabalham para a Junta, uns almoçam nos locais de trabalho e outros vêm almoçar às suas casas?”* -----

-----A Senhora Presidente esclarece relativamente à questão dos guardas que a Junta de Freguesia tem, a partir deste ano, um segundo guarda, que entrou pelo processo concursal que decorreu e terá sido contratado no verão deste ano. A questão do meio de transporte utilizado, refere-se à gestão que é feita, quer dos meios, quer dos horários que os trabalhadores fazem. A Junta de Freguesia não tem um meio de transporte para atribuir a cada trabalhador e, dentro daquilo que tem e dos meios que estão disponíveis, são utilizados de acordo com aquilo que os encarregados dos serviços consideram que é mais pertinente naquele momento para o desempenho daquela função, desde que os trabalhadores em causa tenham documento de condução adequado. Sobre o local onde os trabalhadores almoçam, a Senhora



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Presidente explica que “Isso depende da opção dos próprios trabalhadores. E vale a pena referir que, no caso concreto de quem trabalha na parte da agricultura, neste momento já tem, que foi inaugurado o ano passado, um espaço de refeitório que foi requalificado, no Monte da Torre. Quem trabalha aqui na vila, vai almoçar à sua casa, porque os serviços operativos não reúnem ainda condições para que isso possa ocorrer, se eventualmente algum trabalhador quisesse almoçar nos serviços operativos, mas estando na vila vão almoçar a casa. Mesmo na agricultura, há pessoas que vêm por opção almoçar à sua casa, no seu veículo pessoal, mantendo o horário de trabalho. Mas, a Junta de Freguesia preocupou-se, porque quando chegámos o espaço de refeitório que existia era uma coisa muito degradada, com muito más condições e tivemos a preocupação de garantir e de criar melhores condições, tanto no que se refere ao refeitório como às instalações sanitárias que os trabalhadores utilizam no Monte. Um e outro espaço foram requalificados e neste momento, o refeitório é possível ser utilizado pelos trabalhadores, garantindo distanciamento, condições de higiene e está devidamente equipado.” -----

----- O Senhor David Silvestre pede a palavra e diz *“por exemplo, os trabalhadores deslocam-se para a Ribeira das Vinhas, que ainda pertence à Vila, são entre 3 a 4 km de distância. E há colaboradores no Monte da Torre, estão no Cantarinho, digamos assim, também é quase a mesma distância. Porque é que os que estão na Ribeira das Vinhas vêm se deslocar para comerem aqui à vila, não é? E no Cantarinho, não os vão buscar para virem comer. Já eu vi e estão proibidos de irem comer lá ao Monte. Bem como já aconteceu, até ao pé do campo da bola.”* O Senhor David Silvestre dá os parabéns à Junta de Freguesia *“Pois há muito tempo que não via o Cantarinho tão limpo e até o gado na qualidade que está. Também gostava de perguntar aos Senhores Membros do Executivo se sabem o estado em que se encontra o trator Deutz? Pelo que eu estive a ler no segundo artigo do contrato que diz no ponto 4 que “ficando a responsabilidade do segundo outorgante o pagamento das despesas de manutenção e custos de consumíveis inerentes à sua função. Eu passei lá no Monte e vi o trator, tenho aqui umas fotos que tirei, pedi autorização se podia tirar. Tirei. O trator tem 2 ou 3 vidros, o resto é uns bocados de plástico, ou sei lá o que é aquilo.”* O senhor David



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

pergunta “O senhor da vinha tem que pagar os arranjos, ou é a Junta? E a quanto é que a Junta cobra ao Sr. Santanita, por cada litro de gasóleo? Se o Sr. Santanita já instalou o quadro, e se não como é que fazem a estimativa do consumo de luz?” O Senhor David também “gostava de saber qual é que era a diferença entre um assistente operacional e um assistente técnico, pois quando - já vi e ocorreu - vejo às vezes um assistente técnico em falta, e metem para as vezes do assistente técnico um assistente operacional. Ele vai desempenhar as mesmas funções de um assistente técnico? Tem qualificações? Não sei.” Em relação a uns documentos que não foram entregues ao Senhor David Silvestre este diz “Pedia aos senhores, que quando os documentos, seja ofícios, seja outros, derivado à situação que eu passei, porque a Junta manda um email a indicar que eu é que sou o responsável por ir levantar os elementos, vai um funcionário da Junta, dá os documentos não na minha residência, nem aos meus pais, nem a mim, vai dar a outro familiar de outro lado qualquer, em que eu estou 6 dias sem saber onde andam os documentos. Nesses 6 dias mando um email à Junta e ainda me vêm a transmitir que eu é que não quero receber os documentos, enquanto que eu acho, e tenho todo o direito, que os documentos sejam entregues na minha residência, porque sou Membro da Assembleia. E ainda ressalva que na Assembleia de Freguesia não é David, é Senhor Membro da Assembleia.” -----

----- A Senhora Presidente explica que “A questão dos trabalhadores que estão no Cantarinho ou que estão na Ribeira das Vinhas, importa que isso seja um bocadinho mais bem esclarecido, Sr. David, porque as histórias têm que ser sempre contadas com princípio, meio e fim. E quando se diz - como foi o senhor que disse - que trabalhadores que estejam no Cantarinho que estão proibidos de vir comer, essa questão carece de prova. Se disser ou se alguém lhe disse que um encarregado ou o responsável dos serviços da agricultura disse a alguém que andava a trabalhar no Cantarinho, que no intervalo da manhã que não viesse com o trator fazer a sua pausa e vir comer ao refeitório, do Cantarinho à Torre, com o trator, porque esse intervalinho, como sabemos - são 10 minutos, um quarto de hora – que ele levaria o tempo no caminho e a distância não justificaria que levasse, então, apelou-lhe a que levasse consigo a chamada bucha, e que a fizesse lá. Para ficar esclarecido que não há proibições



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

nenhumas, e quem diz que está proibido, tem que fazer prova. E eu não estou a dizer que é o Sr. David que está a dizer, mas quem lhe fez a referência ou quem lhe deu essa informação tem de contar o princípio, o meio e o fim da história. Essa palavra “proibidos” tem que ter prova qual é a proibição, porque quem pode proibir ou não proibir, sabemos quem é que pode proibir e não proibir, e essas proibições, se existissem, teriam sido feitas por escrito. Quem lhe contou, certamente, não tem nenhum documento onde isso tenha sido dito, ou isso tenha sido escrito.”

Relativamente ao trator da vinha e às questões colocadas, diz que “o trator da vinha está à responsabilidade da empresa, as reparações são assumidas pela empresa da vinha. Se o trator está degradado ou não, não vamos aqui dirimir essa questão mas também temos que responsabilizar quem o utiliza. Porque, não é nem o Senhor Membro da Assembleia, nem a Presidente da Junta que vai diariamente verificar se partiu o vidro ou não. O trator está diariamente atribuído a alguém e esse alguém terá que relatar ou, pelo menos, tomar as medidas que sejam necessárias. Em relação ao gasóleo, ele é faturado pela Junta de Freguesia, nos termos da faturação que a Junta de Freguesia tem, porque a empresa está a tratar de um posto próprio e ainda não está concluído esse processo, assim como a questão da eletricidade. E, já agora, deixe-me dizer-lhe que nós colocámos eletricidade no Monte das Freiras e esse processo demorou mais de 2 anos. Estas questões levam o seu tempo e de qualquer maneira não há aqui, nenhuma pretensão de favorecer o que quer que seja ou de prejudicar o que quer que seja, nem de favorecer a empresa, nem de prejudicar a Junta de Freguesia. E, os Senhores Membros da Assembleia, todos os números que pretendam, façam favor, digam, podem consultar os documentos na Junta, podem fazer os pedidos de informação que entenderem e os serviços prestarão essa informação, que seja pertinente e que considerem que faz falta para a vossa atividade porque é essa a vossa função. Relativamente à diferença entre assistente técnico e assistente operacional, por aquilo que colocou não lhe consigo responder, que não estou a ver o que é que me quer perguntar, mas se quiser especificar, mesmo de fora da Assembleia esteja à vontade. Temos todo o gosto em explicar o que pretende saber. Relativamente aos documentos que recebeu, e muito sinteticamente, é dizer o seguinte: em Galveias tudo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

é fácil e tudo é um problema. E os serviços da Junta têm tido sempre um tratamento tranquilo, sempre com uma preocupação, primeira de todas, fazer chegar rapidamente os documentos aos Senhores Membros da Assembleia – neste mandato e nos anteriores – com a celeridade possível. Daí, o protocolo e haver alguém dos funcionários da Junta que pega no livro e nos documentos e vai de porta em porta entregar para chegar rapidamente. Naturalmente, que têm horário de trabalho e quando passa à porta de cada um dos Senhores Membros tem a preocupação de deixar para que os documentos fiquem, e foi o que aconteceu. Com o envio do livro de protocolo, claro que não foi dito a ninguém “entregue ao familiar A ou B”, mas a preocupação da senhora funcionária, e foi isto que nos foi também relatado era fazer chegar rapidamente, para não ter que voltar no dia seguinte, considerando que naquele mesmo dia poderia ter acesso aos documentos. Não houve nenhuma intenção de lhe sonegar informação, antes pelo contrário, a primeira preocupação foi que lhe chegassem à mão mais rapidamente. As coisas não correram bem. Deixo duas questões, para além da sugestão que deixei, diga-me o que é que entende, ou o que é que considera que a Junta deve fazer a esta funcionária que não cumpriu a sua obrigação como devia, porque, eu não estou a querer admitir que estamos aqui perante uma criação de um facto político, porque os factos políticos também têm de ser criados com alguma base maior e este não me parece, até cheira assim um bocadinho a contrafação. Mas faça-nos a sugestão, o que fazemos à senhora que, com o melhor das boas vontades, tentou deixar-lhe os documentos com a rapidez possível.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia pergunta ao Sr. Ernesto se a sua questão é pertinente, visto que o tempo estipulado para o período antes da ordem do dia já foi ultrapassado. O Sr. Ernesto diz que apenas quer questionar sobre o ponto de situação do Oásis Bar e do seu contrato.-----

----- A Senhora Presidente explica que: “O contrato do Oásis, perante a situação pandémica que vivemos, a Junta de Freguesia decidiu em 2020 e 2021 que o parque aquático não funcionava. Estamos perante um contrato de arrendamento e o Sr. Ernesto até exerceu a sua profissão naquele espaço e sabe que aquele bar quando estava concessionado na altura em que lá trabalhou funcionava de Janeiro a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Dezembro. A perspetiva do atual rendeiro foi um bocadinho diferente e há uma certa atitude no sentido de responsabilizar a Junta de Freguesia pelo não funcionamento do parque na época balnear, e, por via disso, o bar não tem funcionado. Na sequência disso, também se instalou o incumprimento no pagamento das rendas e tem havido diligências e estão ações em curso no sentido de resolver o processo. Neste momento há negociações, os serviços jurídicos de um lado e do outro a trabalhar, aguardamos pelo resultado que pode desaguar ou na rescisão do contrato ou no cumprimento.” ----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

APRECIÇÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA ACERCA DA ACTIVIDADE DA FREGUESIA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ART. 9.º N.º 2, ALÍNEA E) DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- A Senhora Presidente esclarece: *“Os Senhores Membros da Assembleia têm na sua posse toda a informação, o exemplar que foi distribuído. Dentro daquilo que é a gestão normal da Junta de Freguesia temos tido sempre a preocupação em chegar a todas as áreas que são gestão da Junta, e continuamos a fazê-lo, desde os cuidados da vila, desde os apoios sociais, desde, enfim, as diligências várias que temos desenvolvido no sentido de resolver problemas, dos que se vão colocando diariamente. Para além do que está nos documentos, destacaria que continua em andamento o processo para a construção do Centro de Interpretação José Luís Peixoto, a fase de projeto que tem sido desenvolvida está praticamente terminada, para que muito rapidamente e nos próximos dias, seja lançada mais informação para a empreitada desta obra, que a todos orgulha. Que resulta, os Senhores Membros da Assembleia, certamente por informação que colheram, conhecerão, resulta de uma candidatura que a Freguesia fez ao Turismo de Portugal, ao programa “Valorizar” e que temos integração da Rota Literária de Galveias, considerada uma rota literária do Alentejo – Ribatejo e esse é um projeto também âncora da atividade da Junta e que nos apraz referir, que continuamos a trabalhar no sentido de ser concretizado esse projeto. Relativamente à relação institucional entre a Junta de Freguesia e o Município de Ponte de Sor, também*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

decorreu e está referida - é uma prática corrente no Concelho de Ponte de Sor - haver anualmente reuniões dos seus Presidentes de Junta com o seu Presidente da Câmara, por convocação do Senhor Presidente da Câmara entre as Juntas de Freguesia e o Município, aquando da elaboração do orçamento e do plano de investimentos. Foi na sequência da realização desta reunião que ela aparece aqui referida na prestação de informação da atividade desenvolvida e que também nos apraz registar, que das propostas que levámos, de facto estão contempladas no orçamento municipal. E aguardamos com expectativa e acreditamos que vamos conseguir ultrapassar, digamos assim, essas dificuldades e essas necessidades que a nossa Freguesia sente e estão contempladas para o tempo preciso no sentido de serem resolvidos esses problemas. Relativamente à parte agrícola, está na posse dos Senhores Membros da Assembleia toda a informação do trabalho que tem sido desenvolvido do efetivo pecuário existente, todo o trabalho que tem sido feito no sentido de cuidar das herdades. Sabemos que, no Verão, nos preocupa muito que os terrenos estejam limpos e que, enfim, o risco de incêndio seja reduzido ao máximo possível, quando no Inverno conseguimos limpar os terrenos, desmatar, e cuidar também da floresta, dentro daquilo que são as nossas condições e as nossas possibilidades. Relativamente aos serviços da vila está também prestada informação daquilo que são os serviços operativos, os cuidados do espaço urbano, que também eles resultam, por um lado de obrigações legais, por outro lado também de entendimentos que foram acontecendo com o Município, e que nós nos orgulhamos de dar continuidade. Depois, há a referência também aos apoios sociais e às atividades que foram sendo desenvolvidas ao longo deste tempo. Numa perspetiva de ir mantendo viva a chama de divulgação do nosso núcleo museológico que é uma das apostas também que temos e procurando ir inovando. Outras atividades que vão sendo desenvolvidas fazem parte também da nossa aposta no sentido de ir mantendo vivas as atividades, dentro daquilo que a pandemia nos tem permitido. A par disso mantemos os programas de apoio social que existem e que estão referidos, desde o apoio às pessoas carenciadas agora na fase do Natal, nomeadamente a atribuição de cabazes e dos apoios que consubstanciados na transformação, em vez do cabaz de produtos em vales de compras para que as pessoas



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

possam utilizar como entenderem no comércio local. Desta forma, apoiamos as pessoas que têm carências e também a possibilidade de poderem, por essa via, apoiar o comércio local, que também precisa de algum estímulo. Ao cuidado do património edificado, importa referir que está sob o título da área da engenharia civil os cuidados que temos tido com os prédios de Lisboa, concretamente a Visconde de Valmor. Trata-se de um prédio de apartamentos e que quase todos os dias surgem problemas. A renovação é precisa e está a ser preparada uma empreitada para substituir toda a rede de águas, de eletricidade e esgotos que têm tido vários problemas. À medida que os problemas vão acontecendo, vão-se resolvendo e vai-se respondendo. As obras que estão referidas, a reabilitação da Casa do Outeiro está praticamente concluída, não está ainda concluída devido a atrasos vários, porque a empresa de construção foi requerendo prolongamentos de prazo por variadíssimas razões. Mas, neste momento, encontra-se praticamente concluída. Esperamos muito em breve fazer a transferência dos serviços que estão na Casa da Cultura para estas novas instalações, dando vida a esta casa que estava ali praticamente em ruínas e, por outro lado, libertando o espaço da Casa da Cultura para a fase de obra do Centro de Interpretação José Luís Peixoto. A requalificação da ilha rodoviária está concluída, apraz-nos registar termos conseguido que os artistas da calçada pudessem arranjar disponibilidade para nos vir ali concluir o piso com as rosáceas que há duas décadas atrás estavam no Terreiro, e que fotografias antigas nos permitiram esta recuperação, e pensamos que desta forma valorizámos a entrada norte da vila que ainda carece da instalação de controlo de velocidade por sistemas semaforizados. Pedimos e enviámos um projeto à Infraestruturas de Portugal, dado que se trata de uma Estrada Nacional, autorização essa que chegou muito recentemente ainda condicionada, teremos de fazer ali ainda a adaptação de um passeio e a separação entre o semáforo redutor da velocidade e a passadeira propriamente dita, tendo em conta as normas, e que será o distanciamento entre o semáforo e a passadeira de pelo menos 50 metros. Mas estaremos em condições de tratar da sua colocação tão breve quanto possível, porque não podíamos avançar sem a aprovação da Infraestruturas de Portugal, neste momento já temos e já estamos a fazer consultas às empresas para podermos proceder à sua instalação. Os casões da



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

cooperativa que já foram aqui referidos, serão o novo espaço dos serviços operativos, com condições de trabalho dignas, também. Relativamente à requalificação do mercado, as obras decorrem, a obra é propriedade do Município, por via do protocolo e de um contrato de comodato que foi firmado entre a Junta de Freguesia e a Câmara. A obra decorre a bom ritmo, acreditamos que a inauguração não tardará muito tempo, será aquele estritamente necessário para que a empresa termine as obras. Em relação à ligação da energia elétrica à Igreja da Misericórdia, conseguimos finalmente resolver este problema que se arrastava também há algum tempo, e agora aguardamos a orientação da Direção Geral de Cultura para a instalação do ar condicionado, cujo aparelho já está adquirido e é só vir o parecer para podermos proceder à sua colocação.” -----

APRECIÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RELATIVO AO PRIMEIRO (1.º) SEMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM (2021). -----

----- Em relação a este ponto não houve nenhuma questão a ser colocada e dessa forma seguiu-se para o ponto seguinte. -----

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES DA JUNTA DE FREGUESIA DE GALVEIAS E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022), DE ACORDO COM A ALÍNEA A) NR. 1 DO ARTIGO 9.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- A Senhora Presidente diz que: *“Uma nota explicativa daquilo que nos orientou no sentido da elaboração deste orçamento. É claro que partimos do pressuposto das condições e das receitas previsíveis da Junta, partimos do pressuposto de assegurar, como eu já referi anteriormente, a saúde financeira da Junta porque pelo volume e movimento que tem, pelas responsabilidades e pelas especificidades que também possui, é sempre uma preocupação maior da nossa parte na elaboração dos documentos previsionais, tendo em conta esta realidade concreta. O documento está elaborado nos termos da lei, alguma questão que possa surgir procuraremos esclarecer.” -----*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

A Senhora Rute Engrácio diz: *“A questão que eu queria pôr, penso que pode ser englobada aqui na parte do orçamento que tem a ver com apoios, e vou puxar outra vez o assunto da Fundação Infantário D. Anita, que é uma questão que se desenvolve desde 2017 em que é conhecimento de todos que anteriormente a Junta dava um apoio de 50 euros por criança ao Infantário, que, foi criado por outro Presidente da Junta, para a apoiar a Instituição. Esse dinheiro era dado porque a Instituição tem tido sempre problemas financeiros e na altura, como uma forma de apoiar a Instituição. Em 2017 como outras questões que já aqui foram faladas, que não estavam bem dentro da lei, houve uma reunião com a Direção do Infantário - que, na altura, já fazia parte e com a Senhora Presidente – em que isso não poderia acontecer, porque o Infantário sendo uma IPSS recebia apoio do público e não poderia receber duplamente apoio público, recebendo também o apoio da Junta ao Infantário. Esse subsídio, se podemos chamar assim deixou de existir e desde 2017 até 2019, que tenho o registo, houve outras situações em que o Presidente da Fundação Infantário D. Anita pediu apoio à Junta. Era necessário um electricista, se a Junta poderia disponibilizar para troca de umas lâmpadas e pequenos amanhos. Noutra ocasião, colaborador que pudesse ajudar nos pequenos amanhos que era preciso fazer, nunca foi aceite esse pedido, nunca houve disponibilidade, não havia recurso humano ou porque não havia disponibilidade para ninguém poder dar esse apoio ao Infantário. Esqueci-me de falar antes que foi feito um apoio - acho que já Membros, além da Senhora Presidente, outros Membros já faziam parte – esse apoio foi dado aos pais, os 50 euros foi passado para os pais, como apoio aos pais para a educação dos filhos, até aos 6 anos, se não estou em erro. Porque aos 6 anos vão para a escola e a Junta já dá o apoio à educação, no caso da escola. Pronto, à parte é pago aos pais e há pais desses que recebem os 50 euros e não pagam ao Infantário, mas isso também é uma alínea que fica à parte, mas pronto, isso fica com a consciência de cada um. O que eu estou aqui a dizer é, depois dessa rescisão, de deixar de dar esse apoio, ainda foi pedido também, em termos de materiais, de alimentos, de haver a hipótese de doação. A Junta tem horta, a Junta tem o azeite, não podem dar em dinheiro, mas haver hipótese de, por exemplo, em termos de fruta no pomar, podem ir buscar fruta para as crianças, dar apoios, destas formas.*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Também foi feito um ofício, na altura, também a resposta foi negativa. Mais tarde, já em 2019, foi falado do estado de degradação do edifício. Também é do conhecimento que o edifício pertence à Junta de Freguesia, em que existe aquele protocolo, em que a Loja da Junta está no edifício do Infantário e o Infantário funciona no edifício da Junta. O edifício está em franca degradação, porque os anos passam e, tal e qual como os prédios de Lisboa e outro património, nós sabemos que está muito mal. Também foi pedido esse apoio em 2019 por causa do telhado, na altura, das janelas, e a Senhora Presidente, na altura, respondeu, fez uma declaração de todo o património que estava em ruínas, que todo o património está mal e que não podia apoiar em nada. Inclusivamente, passo a citar, até houve uma frase que falou nas Casinhas de Flor da Rosa, que já estão arranjadas, e que essas casas teriam que ser arranjadas porque viviam lá seres humanos. No Infantário as crianças também são seres humanos. E há lá pequenas coisas que, se calhar, se tivessem sido arranjadas, uns buracos no quintal, isso não tinha custado nada, um pedreiro ter lá ido e arranjado naquela hora e estava arranjado. Eu acho que aqui também não existe aquela boa-vontade. A Lei existe, é verdade, a lei existe e a gente temos de respeitar a lei e toda a gente sabe isso. Mas quando há boa-vontade, pode-se ajudar. E agora, estamos a falar em orçamento, há aqui verba para educação, para apoios sociais, eu acho que encaixa aqui em muito sítio. Será que poderia haver um buraco aqui no meio disto tudo, que se podia dar algum apoio? Porque é assim, se não fosse o grupo de pessoas que nós temos lá desde membros da direção, trabalhadoras que lá estão, porque trabalha lá ainda um certo grupo de pessoas, os pais das crianças, para no sentido de ajudar tem-se vendido bolos, tem-se vendido rifas. Nós recolhemos lixo para reciclar na Valnor e a Valnor devolve em material de escritório, em tinteiros, em coisas que é preciso. É neste sentido que eu estou a falar, se poderá haver agora, de agora em diante alguma espécie de, lá está, boa-vontade, de haver algum apoio, porque se não tivesse sido este trabalho desde 2017 até agora, o infantário já teria fechado. Se não fosse o apoio da Câmara, que a determinada altura começou a apoiar o infantário, porque a Câmara, pronto, pela Lei pode, não é? E há a boa-vontade do Senhor Presidente a apoiar, as pessoas já tinham ordenados em atraso. E é assim, se o infantário fecha, independentemente, é



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

uma instituição de Galveias? É. Faz parte da história de Galveias? Faz. É património de Galveias? É. Eu acho que é importante por aí. E é importante mais ainda, porque é assim, ainda existem crianças em Galveias, graças a Deus que as existem. Pouquinhas, se calhar, não sabemos até quando, mas se o infantário um dia fechar portas não é uma criança nem duas que vai ter que ir para Ponte de Sor, para o infantário. Vão todas. E essas que vão para Ponte de Sor não voltam à escola primária aqui, a escola primária a seguir fecha. E uma terra em que a escola primária fecha, morre, porque as crianças, os pais não vão viver aqui, porque vão ter de se deslocar todos os dias. É isto que eu estou a tentar, eu estou a falar numa situação e estou a tentar apelar a todos, que isto quando há boa-vontade todos podemos trabalhar para o bem de todos. Existem pais que trabalham na Junta, têm lá os filhos. Se não têm onde os deixar, não podem ir trabalhar. É neste sentido que eu digo, se o infantário fecha, a escola fecha a seguir. E a preocupação que nós temos tido sempre é esta. Há maneiras de ajudar, há maneiras de dar algum apoio. Nestes anos todos não houve hipótese, mas se agora em diante se tentar fazer alguma coisa. Ou haver essa boa-vontade. É só isto. E como temos o orçamento, se houver aqui algum bocadinho, que se possa fazer alguma coisa, neste caso, pelo infantário e por Galveias.” -----

----- O Senhor Augusto Rainho explica que as senhas facultadas pela presença dos membros da Assembleia eleitos pelo Partido Socialista serão doadas à Fundação Infantário D. Anita. -----

----- A Senhora Presidente esclarece: A relação entre a Fundação Infantário D. Anita e a Junta de Freguesia, na minha ótica e da parte da Junta de Freguesia, não tem subjacente qualquer conflitualidade. Não tem, nunca teve. A questão do apoio dos 50 euros por criança penso que está devidamente esclarecida porque a atribuição de um cheque da Junta de Freguesia para a Fundação Infantário D. Anita mensalmente, como ocorria, consubstanciava um duplo financiamento público, que era ilegal. O texto da atribuição deste apoio estava exatamente no início, depois sofreu alterações, mas no início era apoio às famílias de forma a garantir que as crianças frequentavam o infantário. A questão dos apoios que a Junta de Freguesia pode prestar ou não prestar,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

nós podemos fazer o historial com documentos destes pedidos. Porque as perguntas e os pedidos de apoio surgiram e as respostas foram também, tendo em conta a realidade concreta de cada um dos momentos e as possibilidades do que era pedido e do que a Junta tinha. Relativamente à questão do edifício, e esta questão de 2019, quem cá estava na Assembleia de Freguesia - e estão aqui algumas pessoas que cá estavam nessa altura – veio à Assembleia de Freguesia um projeto de protocolo a estabelecer entre as duas entidades. Porque, da parte do Infantário D. Anita, naturalmente, pretende e bem, legitimamente, resolver o problema daquilo que lhe serve melhor o interesse. A Junta de Freguesia também tem interesse em resolver outro problema que também se relaciona com o edifício, que estamos aqui em troca de posições, porque o edifício do infantário é propriedade da Freguesia de Galveias para a instalação do infantário. O infantário não paga um cêntimo por utilizar aquele edifício. A Junta de Freguesia utiliza o edifício onde está instalada a Loja da Junta, que é propriedade do Infantário D. Anita. E, nessa altura, em que o Infantário D. Anita sugeria e solicitava o estabelecimento de um protocolo que lhe permitisse declarar a posse do edifício, a proposta da Junta de Freguesia, e foi o texto que veio à Assembleia, na altura, era que no mesmo texto fossem considerados e tratados os dois edifícios, dado que haveria, e havia, e há, a necessidade de resolver do ponto de vista do documento, porque também a Igreja da Misericórdia, que é reconhecida como propriedade do Infantário D. Anita, há um protocolo, onde a Junta de Freguesia que assinou com o infantário, na altura, a Junta de Freguesia assume a responsabilidade do cuidado todo da igreja e está escalpelizado e está escrito. Quer para o edifício onde funciona o infantário, quer para a Loja da Junta, não há nenhuma letra sequer escrita sobre isso. E aquela sugestão de protocolo era no sentido de resolver os dois problemas, que não foi aceite pela direção do infantário. E como não foi aceite pela direção do infantário, caiu num impasse. Esta é a verdade dos factos relativamente à questão do protocolo, independentemente de podermos considerar boa-vontade ou má vontade, essa consideração é sempre relativa e subjetiva. Mas, e uma das respostas que foi referida, relativamente às casinhas em Flor da Rosa, não as Casinhas do Ratão, que as Casinhas do Ratão estavam em obra, as Casinhas do Ratão pareciam a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

obra de Santa Engrácia. Agora é que já estão prontas e já estão a ser rentabilizadas ao serviço do Município do Crato, fruto de um contrato que foi estabelecido entre as duas entidades e já tem lá pessoas a viver. A Câmara do Crato precisava de habitação e fizemos um contrato e está já resolvida essa questão. Mas, nas outras casinhas que lá estão, chovia em cima das camas das pessoas. Porque em pleno séc. XXI, a Junta de Freguesia ser proprietária de uma casa de habitação e o rendeiro dizer: - *“Senhora Presidente, venha cá ver a minha cama, venha cá ver a minha casa”!* - E é uma família, que é um casal com duas filhas deficientes profundas e que chovia em cima das camas dos quatro. São situações que a todos sensibilizam. Não é a situação do infantário. Respeito e tenho, subscrevo tudo o que disse relativamente à existência das crianças, que é a nossa preocupação por isso é que temos vindo a reforçar também os apoios às famílias por via dos apoios à infância. E não podemos passar à volta da lei, não podemos passar por cima. Boa vontade, temos. Por vezes, faltam-nos outras coisas. Mas, temos boa vontade e queremos, de facto, resolver coisas. Dentro daquilo que a lei nos permite, que nunca podemos passar, nem nunca nos podemos esquecer disso. E, nesta situação a Junta de Freguesia disponibiliza ao infantário o edifício, sem cobrar qualquer coisa. Nem nunca nos passaria pela cabeça receber o que quer que fosse de renda daquele edifício. Pretendemos e sugerimos isso e veio à Assembleia à aprovação do projeto do protocolo, no sentido de resolvermos e ficarmos com a situação clarificada de um lado e do outro, porque a Loja da Junta também, o infantário não vai lá fazer qualquer melhoria nem qualquer cuidado, tem sido sempre a Junta a fazer. E tem sido isto a prática corrente. Mas, precisávamos e precisamos de regularizar do ponto de vista dos documentos, esta situação, e não houve abertura da direção do infantário, na altura, para se estabelecer o dito protocolo. Agora, relativamente à questão das crianças, e se o infantário hoje tem crianças, também foi – isto historicamente não foi comigo – mas historicamente foi assim: a Junta de Freguesia de Galveias diligenciou junto dos serviços públicos de educação para que o pré-escolar, em vez de estar no público, na escola lá em baixo, passou para o infantário, como forma a ajudar a que o infantário tivesse, e tem, pré-escolar. Não há da Junta de Freguesia, não houve em tempo nenhum, mas foi diligência da Junta no sentido de que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

o pré-escolar passasse para o infantário. Não há nem nunca houve da parte da Junta de Freguesia uma qualquer postura no sentido de encaminhar ou criar dificuldades, para que o infantário possa vir a fechar. Se ele fechar – e esperemos que não – e eu sou daquelas pessoas que espero ardentemente que isso não aconteça, mas se isso acontecer, não será seguramente por responsabilidade da Junta de Freguesia. É a afirmação mais solene que posso aqui fazer.” -----

-----A Senhora Rute Engrácio pergunta se a Junta não poderá fazer mais nada, porque *“Em termos de doações estão a zeros.”* -----

----- A Senhora Presidente diz que: *“Teremos que ponderar e ver de acordo com as normas legais atuais, o que é que podemos fazer.”* -----

----- A Senhora Rute explica que: *“O protocolo, como está redigido, porque é assim, o protocolo está para o infantário e, neste momento, a Fundação Infantário não é só infantário. Tem pré-escolar, tem cantina escolar, tem cantina social, já teve as férias ativas. Isso tem que ser emendado no protocolo, foi o que o presidente do infantário me transmitiu. E o protocolo voltou à Junta para ser feita essa pequena alteração, porque o edifício não está a ser usado só para infantário, o edifício - e isso tem que constar no protocolo – o edifício está a ser utilizado infantário, pré-escolar, cantina social e, neste caso, as férias ativas.”* -----

----- A Senhora Presidente esclarece que *“poderemos dirimir isso fora da Assembleia, porque o que nós temos que ser, como somos no património legado pelo Comendador José Godinho Campos Marques e temos que ser leais ao texto do testamento, também para o Infantário D. Anita existem regras de quem deixou o edifício e de quem deixou essa decisão de que seria desta forma. Independentemente dos tempos, é verdade que os tempos mudam e as coisas vão evoluindo, poderemos e deveremos dirimi-la fora daqui. Relativamente às senhas das vossas presenças nas reuniões, mas da parte da Junta de Freguesia não haverá nunca o pagamento direto ao infantário. Tem que ser pago aos Membros da Assembleia, e os Membros da Assembleia fazem dessa verba aquilo que bem entenderem. Do ponto de vista formal é isto que acontece, mas a decisão é vossa, façam como entenderem, mas terá que ser*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

sempre assim. A Junta transferirá, ou emitirá cheque ou transferência bancária para as vossas contas pessoais, e depois os Senhores Membros da Assembleia fazem aquilo que entenderem desses valores.” -----

-----A Senhora Rute ainda refere que: *“Á questão de chover. No infantário, através das janelas, já chovia lá dentro. É só para dizer, que o telhado está a cair.”* -----

----- O Senhor Augusto Rainho sugere que *“A Junta deveria pedir ao início do ano letivo uma declaração de não dívida ao Infantário. Só para “obrigar”, entre aspas, as pessoas a fazerem o pagamento das mensalidades. Não sei se há enquadramento legal sobre isso, se não.”* -----

-----A Senhora Presidente explica que *“teremos que verificar no ponto de vista legal. Porque não sei se é possível fazer isso às famílias. Os documentos que a lei nos permite e nos obriga a pedir a cada família para a atribuição de um apoio. É uma questão de nós ponderarmos, tenho dúvidas do ponto de vista jurídico, mas poderemos avaliar isso depois, e ver como é. A Junta de Freguesia não precisa saber para atribuição do apoio, e nos termos do regulamento, não precisa saber qual a instituição onde a criança está a frequentar ou se frequenta alguma instituição, porque o apoio é para a família. Mas, pronto, do ponto de vista, eu compreendo a intenção de ajudar à liquidação das contas com o infantário, quando elas existam. Mas, não sei se isso se enquadra nos nossos princípios do ponto de vista da lei.”* -----

----- Não havendo mais perguntas em relação ao ponto anterior o mesmo é colocado a votação, sendo **Aprovado** com quatro votos contra. -----

----- A Senhora Rute lê a declaração de voto dos membros do Partido Socialista, a qual será considerada como anexo 1, relativamente ao ponto 3 da ordem do dia.-----

----- A Senhora Presidente explica que *“Eu sei que as declarações de voto não se comentam, e eu não quero comentar a declaração de voto que acabou de ser apresentada, porque tem toda a legitimidade para o ser. Apenas devo referir que a reunião que está referida nesta declaração de voto resulta do cumprimento da lei, do estatuto do direito de oposição, e a convocação foi feita para a sede nacional do*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Partido Socialista, porque foi feita também para a Delegação Distrital de Portalegre, para a sede da Delegação Distrital de Portalegre, e a comunicação veio devolvida por email. E, em alternativa, decidimos dar conhecimento ao cabeça-de-lista do Partido Socialista, a convocação não era para o eleito do Partido Socialista de Galveias, a convocação é à força política, nos termos da lei. E daí, a comunicação ter chegado à Direção Nacional, como acontece em todos os partidos, porque resulta do cumprimento do estatuto do direito de oposição, em que não são convocados os eleitos locais, são convocadas as forças políticas, nos termos da lei. É apenas este esclarecimento que quero fazer, de modo nenhum comentar a declaração de voto.”-----

RATIFICAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PONTE DE SOR – ÁREA DA EDUCAÇÃO.-----

-----A Senhora Presidente explica que “*este é um protocolo que resulta de um procedimento legal de apoio à escola e de transferência de verbas que, no caso de Ponte de Sor, tem sido este o procedimento e quando chegámos à Junta já assim era. Há um estabelecimento de protocolos entre o Agrupamento de Escolas e cada uma das Freguesias para o cumprimento deste preceito legal. Daí vir para ratificação, uma vez que já está em vigor a documentação, os Senhores Membros da Assembleia têm em seu poder. São as verbas que as Freguesias estão obrigadas a transferir para as escolas da sua área de intervenção, e que no caso de Ponte de Sor tem sido estabelecido um protocolo anual que é redigido e assinado pelas partes, sendo alvo de atualização do valor nos termos que são acordados entre todos, no início de cada ano letivo.*” -----

----- O Senhor Augusto pergunta se a funcionária que está na escola, que pertence à Junta, se vai continuar a ficar lá. “*Está cedida pela Junta de Freguesia?*” -----

----- A Senhora Presidente explica que a funcionária é da Junta de Freguesia e que se vai manter naquele posto. -----

----- O ponto 4 foi **aprovado por unanimidade.** -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO A CELEBRAR COM O MUNICÍPIO DE PONTE DE SOR PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES MANDATO AUTÁRQUICO – 2021/2025. -----

----- A Senhora Presidente em relação a este ponto *“reforça que se trata de um entendimento entre o Município de Ponte de Sor e as várias entidades que no concelho, e no nosso caso é a Junta de Freguesia, fornecem as refeições escolares para os meninos das escolas do 1.º ciclo. Há outras Freguesias onde são outras entidades que o fazem, no nosso caso o nosso refeitório escolar serve, para além de alguns benefícios sociais, de apoio social, serve fundamentalmente como refeitório escolar, e está estabelecido este acordo em que o Município financia as despesas do refeitório das crianças, e o contrato que aqui vem é para renovar o que já vem sendo prática corrente de há alguns anos a esta parte.”* -----

----- O ponto 5 foi **aprovado por unanimidade.** -----

APRECIACÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ACTOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL, ADITADO PELA LEI N.º 12/2020 DE 7 DE MAIO-----

----- A Senhora Presidente da Junta explica que este ponto resulta de uma obrigação legal. A Junta de Freguesia tem que trazer à assembleia a informação relativa a este ponto.-----

----- Não havendo questões em relação ao ponto 6, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a ata em minuta, tendo a mesma sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor David Pina Laranjeira pergunta à Senhora Presidente se é possível saber-se a situação do Prédio da Avenida da Liberdade. -----

----- A Senhora Mónica Pulguinhas pergunta se a Junta de Freguesia ganha mais dinheiro a vender os borregos vivos, ou em *“carne”*. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor Luís Coelho diz: *“Eu gostava de saber em relação - não tem nada a ver com a questão da Junta - em Setembro foi feita aqui uma reunião onde foi atribuída, onde houve uma pessoa que questionou sobre a atribuição da casa de habitação social. Onde foi respondido que foi o porquê de terem passado à frente esta senhora Helena, e que a senhora veio falar em público que era vítima de violência psicológica, aqui na Assembleia. Eu gostava de falar um pouco nesse sentido, não sei se é o momento oportuno ou não, mas gostava de saber, então, o porquê de que foi atribuído a habitação social a essa senhora e o porquê de ter passado à frente dos outros inscritos. E também gostava de expressar um pouco, para minha defesa pessoal, porque ela mencionou e faz questão de denegrir a minha imagem.”*-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia lembra ao senhor Luís Coelho que a Assembleia de Freguesia é para colocar questões relacionadas com a Freguesia, e que a Assembleia de Freguesia não é nenhum tribunal para resolver questões judiciais.-----

O Senhor Luís Coelho continua dizendo que *“Eu não pude vir assistir a essa Assembleia, é que a senhora chorou, e fez para aqui um filme, que era vítima de violência psicológica. E, então, eu só queria expor um bocadinho, que se calhar as coisas não são bem assim como ela diz. E acho que também tenho o direito, se a senhora tem o direito de o fazer, eu também tenho direito de me defender. Se ela fez em Assembleia, eu também tenho o direito de fazer em Assembleia.”*-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia explica que a situação da Senhora Helena Almeida tinha sido mencionada em termos indiretos e que *“neste momento ninguém acusou nem mencionou o senhor Luís Coelho de nada. A senhora Helena Almeida apenas veio esclarecer em relação a uma pergunta que tinha sido feita por um Membro da Assembleia de então, relativamente à casa que lhe tinha sido atribuída. Dirija a sua pergunta à Senhora Presidente, se faz favor.”*-----

----- O Senhor Luís Coelho ainda diz que a pergunta que quer fazer é: *“qual é que foi o motivo, o porquê de ter entregue essa habitação social a essa senhora, uma vez que isto é uma terra pequena e é do conhecimento de todos as posses dessa senhora. Portanto, eu gostava de saber se isso tem a ver com a atribuição da casa da segurança*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

social, se é por amizade, se é por necessidade, porque segundo toda a gente tem conhecimento, a senhora não dá pensão de alimentos aos filhos, a senhora anda num carro do sindicato, a senhora não tem qualquer tipo de despesa e quando veio estava muito mal vestida, para ser uma pessoa carente de uma habitação social.”-----

----- O Senhor Luís Coelho pediu ainda uma cópia da ata da sessão anterior, ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu “ *A ata em questão, foi aprovada hoje e será exposta no site da Junta de Freguesia logo que seja possível.”-----*

----- A Senhora Presidente relativamente aos prédios da Avenida da Liberdade diz que “*Ora bem, então, ajudando aqui a esclarecer algumas questões: portanto, relativamente ao prédio da Avenida da Liberdade, eu apelava novamente a que o Dr. António Danado nos pudesse ajudar aqui a fazer o historial rapidamente do processo que este prédio nos tem imposto. Dizer-vos que dos procedimentos públicos que tentámos fazer e que tiveram trâmites diversificados no Tribunal, neste momento, posso dizer-vos que está assinado contrato com a empresa que ganhou o último procedimento administrativo público para o contrato do prédio. Dizer também que esse contrato resulta da nossa pretensão e que foi consubstanciado no contrato, a pretensão de procurar para os outros prédios que estão devolutos também em Lisboa, ou parcialmente devolutos, soluções de parceria que possam permitir a requalificação do edifício e a rentabilização para a Junta de Freguesia, requalificando o património e valorizando-o, e sem que depois os rendeiros ou as empresas rendeiros possam depois querer ser ressarcidas, porque não o serão, e isso faz parte dos contratos. O prédio da Avenida da Liberdade está já assinado o contrato. Dos outros prédios, para as várias tentativas que já fizemos, não conseguimos ainda encontrar solução. O período de pandemia também não nos tem ajudado aqui nesta preocupação e na solução deste problema. No entanto, não temos desistido e vamos continuar a procurar soluções e, brevemente, publicaremos novo procedimento para os demais prédios, uma vez que o da Avenida da Liberdade está o problema resolvido, por agora, com a assinatura do contrato. No entanto, para melhor esclarecimento do que foi a evolução deste processo, eu pedia ao Senhor Presidente que permitisse que o Dr. António Danado nos*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

desse aqui algumas notas sobre isto, e depois, então, passaria às outras questões que são colocadas, se estiver de acordo.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Dr. António Danado.-----

----- O Dr. António Danado explica: “A questão do prédio da Avenida da Liberdade não é uma questão de novela, é mais que uma novela venezuelana. Teve vários processos judiciais, quando digo vários, são mesmo vários. Todos os processos de arrendamento foram alvo de procedimentos cautelares, procedimentos cautelares esses que levaram até a que alguns dos concorrentes fossem condenados como litigantes de má-fé e tivessem de pagar as custas dos processos e indemnizações aos outros litigantes. Porquê? Logo, notoriamente, foram para Tribunal, não foi para ganhar, foi para empatar, para que os outros não ficassem, foi só, e o Juiz veio provar isso, porque havia uma regra que a partir do momento que não entregassem os documentos era chamado o outro a seguir e veio aquele que tinha impugnado. E aquele que impugnou, quando o chamámos, também não trouxe os documentos e disse que não ia apresentar. O Juiz, assim que viu isto, aqui d’el-rei, “então, eles não querem resolver o problema, eles querem mesmo é arranjar problemas”. E, portanto, condenou-os. O que é que aconteceu? É lógico que as empresas quando estão preparadas para fazer investimento, ou fazem logo, ou então, não vale a pena. E depois, houve diversos interesses no primeiro procedimento que abrimos aqui na Junta de Freguesia. A seguir, realizou-se um procedimento, que também foi alvo de providências cautelares, que caíram todas por terra. Aliás, tenho já duas sentenças do Tribunal superior que deram razão à Junta de Freguesia, ou seja, as pessoas que deram a cara na providência cautelar, não tiveram qualquer razão. E não vou dizer quais são as pessoas, porque acho que aqui não interessa quem foram as pessoas que meteram as ações. As ações ficam com quem as pratica e saberão o que é que andaram a engatilhar durante 5 anos. Há 5 anos não direi, mas pelo menos há 2 ou 3 anos que poderíamos ter isto resolvido, antes da pandemia. Neste momento, o contrato está assinado, já houve entrega de documentos na Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito dos primeiros pedidos de avaliação para poder fazer os projetos. Já houve, por parte da



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Junta de Freguesia uma petição, para instalar já naquele prédio, não será a casa de Galveias, mas será uma representação de Galveias naquele prédio. E, é na sequência daquilo que é também do âmbito da obra de José Luís Peixoto, que já agora, também foi alvo de um processo judicial e que também a Junta de Freguesia ganhou, não deixa de ser caricato. Vai ser instalado naquele espaço já um espaço de representação da Junta de Freguesia de Galveias, em Lisboa. Como espaço não será a Casa de Galveias ainda, porque a Casa de Galveias será construída no âmbito das condições e do caderno de encargos que foi estabelecido para o procedimento do arrendamento. Só aí teremos a Casa de Galveias definitivamente estabelecida. Uma das questões que nós tínhamos solicitado previamente em relação aos demais prédios - também acompanhei a Senhora Presidente nessa matéria - foi uma reunião com a Câmara de Lisboa para a possibilidade de protocolar com a Câmara de Lisboa, à semelhança do que fizemos com a Câmara do Crato. Certo Sra. Presidente?” A Sra. Presidente da Junta confirmou. “Protocolar com a Câmara de Lisboa a possibilidade de alguns dos prédios serem construídos pela Câmara, por causa da questão do arrendamento jovem ou arrendamento acessível, que a Câmara de Lisboa tem. Para nós seria uma maravilha, porque cumpriríamos, daríamos à Câmara de Lisboa de arrendamento, a Câmara de Lisboa ficaria, admitiríamos até protocolos e contratos interadministrativos, não precisávamos ir ao preço de mercado, admitiríamos, inclusive reduzir o preço, porque estamos em protocolo com duas instituições públicas, de forma a que os prédios fossem reabilitados, e fosse permitido também que os prédios fossem para a finalidade que eles têm. Nós temos um quarteirão inteiro na Baixa de Lisboa que, eu sinceramente, eu tenho vergonha de passar lá ao lado, e passo lá muita vez. E não sou de Galveias, mas trabalho para a Junta de Freguesia de Galveias. E isto é inconcebível. Prédio de Lisboa, neste momento, está um procedimento administrativo para começar as obras. Nós sabemos que os processos administrativos em Lisboa vão ser o caos vamos esperar que as obras comecem o mais rapidamente possível, o contrato está assinado, está um cheque já do lado da Junta de Freguesia, o cheque são 500 mil euros. Penso que já está depositado na conta da Junta de Freguesia. Aquele prédio já deu 500 mil euros este ano. Ao contrário de todos os últimos 20 anos, este ano já valeu 500 mil



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

euros, e está agora para avançar para obras. Avançará assim que todos os procedimentos administrativos estiverem criados. Nós temos todo o interesse em ter aquele prédio requalificado, mas já temos o sinal. Iremos solicitar, aliás a Senhora Presidente já me tinha pedido, mas agora com esta questão das instalações dos novos órgãos da Câmara de Lisboa, eu já tenho um contacto no Gabinete do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e irei solicitar uma reunião também entre a Junta de Freguesia de Galveias para que nos possamos sentar à mesa para tentar arranjar soluções para estes problemas, e pode ser que nos projetos que já estejam criados, que consigamos integrar também os prédios da Junta de Freguesia de Galveias, que seria uma mais-valia para Galveias. Seria uma dor de cabeça a menos e os prédios finalmente seriam recuperados e colocados no mercado para a finalidade que eles têm que ter, que é habitação, e não degradação.” -----

----- A Senhora Presidente continua a responder às questões feitas pelo público, e diz: “Relativamente à questão dos borregos, se vendem vivos ou vendem em carne, esta situação deriva de sermos uma Junta de Freguesia especial, e a Junta sempre tem assumido, e também nesta área assume, que há aqui uma prestação de apoio à população de Galveias. E, por via disso, também estamos em vias de criar um conjunto de normas que privilegiem e beneficiem de forma especial os Galveenses, no que toca à compra da carne de borrego na Loja da Junta. O que tem sido praticado até aqui é um preço único para todo e qualquer cliente que se dirija à loja. Sabemos que a loja se dirige essencialmente a Galveias, mas há gente de vários outros pontos que vêm aqui fazer compras. E os preços que ali são praticados são preços de apoio social à Freguesia e à população da Freguesia e também estamos em fase de criar um conjunto de normas para este tratamento da loja e das vendas dos produtos da loja. Porque a loja serve para vender os produtos que resultam da exploração da própria das terras da Freguesia. Relativamente aos borregos, importa aqui, porque se levantam por muitas vezes polémicas e questões sobre os preços que são praticados, o que é que rende o borrego vivo e o que é que rende o borrego transformado em carne. E nós temos um historial que desde 2016, até agora, os preços da carne de borrego vivo têm vindo a subir. Quando nós chegámos, a Junta vendia borregos a 51 euros a unidade. Os



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

borregos, normalmente, são vendidos à unidade. São borregos que pesam 20, 22, 23 quilos, vivos, e eram vendidos por 51 euros, à volta disso. E nós já vendemos borregos a mais de 90 euros. O que podemos considerar é que, dos valores últimos, há um preço médio a que a Junta de Freguesia tem vendido os borregos, vivos, um preço médio de 86,68 euros. Mas, para o transformar em carne, um borrego que pese 23 quilos vivo, perde cerca de 40% quando é transformado em carne. E para além dessa quebra, há a considerar as despesas a que a Junta está obrigada a fazer para o abate, para a transformação em carne para a embalagem, para poder ser vendido depois na loja, enquanto carne. Esses custos, são custos do matadouro e da transformação do borrego vivo em carne. Por cada borrego ronda os 27,44 euros, sem considerarmos aqui a despesa que a Junta tem do funcionário da Junta que pega num meio de transporte, devidamente credenciado, em condições para poder transportar os animais vivos para o matadouro. Esse custo não está aqui incluído nestes 27 euros. Como também não está aqui incluída a despesa de funcionamento da própria loja e da funcionária que vende o borrego. Isto significa que um borrego vivo rendeu em média, em 2021, 86,68 euros, e para transformar em carne, esse mesmo borrego passa a custar 114 euros e mais uns cêntimos. Se disserem e se me perguntarem: "Estamos a vender a mão a 7 euros e a perna a 8", isto dá um valor médio por quilo de 7 euros e meio, quantos quilos de carne temos que ter para ter os 114 euros? Seguramente, temos a consciência de que estamos aqui a prestar apoio social, e é para a Freguesia, por isso é que estamos a criar as normas que permitam a distinção dos naturais e residentes em Galveias, relativamente a pessoas que venham de fora. Claro que nós sabemos porque é que as pessoas procuram a carne aqui. É pelo preço e é pela qualidade. E não há que fechar a porta a essa possibilidade, mas não podemos tratar em pé de igualdade quem vem de fora especificamente para isso, com os nossos naturais e residentes, que é para eles que a Junta de Freguesia trabalha e deve trabalhar todos os dias. Isto para dizer que temos a consciência que os preços da carne que estão a ser praticados consubstanciam aqui uma fatia de apoio social, porque estamos a falar em 7 euros e meio de preço médio do que estamos a vender, e sabemos que estes 86,68 euros mais os 27,44, darão no mínimo 8,15 por quilo, se for um borrego que depois de morto



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

tenha 14 ou 15 ou 16 quilos. E temos essa consciência e a diferença entre os 7 euros e meio e o preço, e o custo real é o apoio social que queremos prestar a quem está nas Galveias.” Sobre a questão do senhor Luís Coelho, a Senhora Presidente diz que: “A habitação que a Freguesia atribuiu à Sra. Helena Almeida resultou de um processo e cuja documentação está depositada na Junta de Freguesia. Por respeito à proteção da privacidade das pessoas, não devo colocar aqui, como não coloquei na Assembleia de Setembro, mais informação do que esta. Os Senhores Membros da Assembleia que tenham interesse ou que queiram conhecer o processo, poderão conhecê-lo, consultando-o nos serviços da Junta. Relativamente às outras questões, o que são conflitos do casal, eu não tenho nada, absolutamente nada, a ver com isso, nem tenho qualquer opinião a emitir, nem o farei, não tenho que o fazer. O que, enquanto Presidente da Junta, devo é respeitar uma situação de um processo jurídico que decorre e uma situação que, do ponto de vista social, estava emergente. E foi o que fizemos, foi intervir nessa área. Relativamente às obras que estão ponderadas, serão para aquela casa e para as outras casas, porque há outros moradores que também fizeram o mesmo apelo no sentido de que as marquises possam ser fechadas, que lhes criam melhores condições de habitabilidade, e é isso que está em ponderação e que avançará com a rapidez possível, mas que não é para este caso em concreto, é sim olhando para as casas de habitação que ali estão, e para as pessoas que lá residem e as condições que têm e as que poderão ter, sendo melhoradas com essas pequenas intervenções. Relativamente à cópia da ata, o Senhor Presidente da Assembleia já prestou informação, ela será colocada a partir da aprovação, sabemos que as atas são publicadas depois de serem aprovadas e, portanto, a ata da reunião anterior é aprovada agora, é publicada a seguir, e assim sucessivamente.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de dar por encerrada a Assembleia, diz que: “Queria prestar aqui um esclarecimento. Portanto, tenho aqui um texto que escrevi, depois no fim agradecia que o Dr. Danado, se pudesse, complementar e ajudar, agradecia, para melhor esclarecer este assunto. Em relação a alguns mails que fui recebendo durante a semana, aos quais responderei sempre, desde que não tenham carácter de novela, a resposta já tenha sido dada. Também trabalho e, nesta fase,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

tenho documentos que me são enviados pela Junta de Freguesia para analisar, como aos outros Eleitos. Esses mails questionavam o número de assistentes na Assembleia de Freguesia. Conforme foi referido nos mails de resposta, o motivo pelo qual só podem estar, no máximo, 6 pessoas a assistir à Assembleia de Freguesia tem a ver com as recomendações que continuam a haver, nomeadamente da Direção Geral de Saúde, sendo que uma das recomendações tem a ver com o distanciamento físico. Assim, o espaço que podemos dispor é a Sala José Luís Peixoto, que foi avaliada, e concluiu-se que, depois dos Eleitos, técnicos de apoio e funcionários também de apoio, há espaço para mais 6 pessoas. Já foi assim em anteriores Assembleias de Freguesia, nas quais foi permitida assistência. Espero, como todos nós, naturalmente, nas próximas Assembleias de Freguesia possam estar não 6, mas 60, se couberem. Foi referido também num mail que me foi enviado, que tinham acontecido no mesmo espaço outros eventos que não tinham seguido as mesmas regras. Juntavam até fotos. Como é óbvio, o Presidente da Assembleia de Freguesia só é responsável pelo espaço, enquanto esta decorrer. Mas, se o Dr. pudesse dar um esclarecimento sobre esta questão dos 6 assistentes na sala que temos ao nosso dispor, agradecia” -----

----- O Senhor António Danado explica: “Já tive oportunidade de falar um pouco com todos os Membros da Assembleia tentando dar a justificação deste facto. Aliás, justifiquei inclusive com o meu parecer no sentido de que não devia de haver público nesta Assembleia. Aliás, eu dei esse parecer, o parecer nesse sentido nos termos do art.º 3.º da Lei 1-A de 2020, que estava já prorrogada até 31 de Dezembro deste ano e foi prorrogada no dia de ontem até 30 de Junho de 2022, é possível que os órgãos deliberativos que tenham que ter a publicidade obrigatória, reúnam nos termos que lá está estabelecido. Ainda que sem público, mas possam fazer aquilo que o Senhor Presidente fez, ou seja, publicar editais, chamar as pessoas a poder intervir remeterem as suas questões por email, remeter as suas questões para a Junta e, ainda assim, à semelhança do que tem acontecido em algumas Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia, poder ainda assim, criar o espaço onde possa haver algum público, cumprindo o distanciamento obrigatório que, neste momento, como todos sabemos, é de 1 metro e meio a 2 metros. Acresce ainda que não foi aqui colocado, que pode e



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

deve ser solicitado - aliás, eu participei na última segunda-feira no Conselho da Região, na CCDR Alentejo, e foi solicitado a todos os Membros do Conselho da Região - a apresentação do Certificado Digital, como pode ser solicitado e pode ser recusado. E pode ainda haver outra questão, que é: ser medida a temperatura, e sempre que a temperatura seja superior a 38 graus centígrados, poder ser recusada a entrada no espaço, sendo justificada a sua não permanência por estar na questão da temperatura. Eu quero, Senhor Presidente, também chamar um bocadinho à atenção e pô-lo um bocadinho de calma sobre esta matéria. Não é fácil trabalhar com legislação e a forma como a legislação tem estado a sair neste momento. Eu estava até a comentar há pouco, eu já dei pareceres às 7 da tarde e à meia-noite estarem completamente desatualizados. A legislação está a sair com rapidez e normalmente é comunicada à noite, fora de horas e sem que consigamos acompanhar muitas vezes essas questões que, depois as resoluções do Conselho de Ministros são publicadas de Sábado para Domingo, a respeito de estarmos numa situação de calamidade. De Sábado para Domingo, são publicadas no Diário da República à meia-noite, quando eu recebi a notificação. Num fim-de-semana, que ia-se depois meter o 1 de Dezembro a seguir, com algumas pessoas já de férias, estamos a ver o que é que estava aqui a aparecer. Depois, a resolução do Conselho de Ministros remete uma série de legislação que já estava aprovada, outra que já estava revogada, que eles vieram buscar outra vez. Aquilo é uma balbúrdia, no mesmo dia que sai a resolução do Conselho de Ministros, sai outro decreto-lei, que vem alterar uma carrada de decretos-leis. Quer dizer, foi uma confusão de primeira linha. Estar constantemente em cima desta situação não é fácil. Eu tenho Assembleia Municipal em Montemor marcada para o próximo dia 28, vai ser no salão nobre dos Bombeiros que é o dobro deste espaço, e vamos ter 5 pessoas a assistir, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal só vai autorizar 5 pessoas. Porque o espaço tem que dar todas as condições para a circulação, para que todos possam estar, ter mesas para trabalhar, para não estarem todos em cima uns dos outros, tal como está aqui, é a solução. A solução alternativa, o Senhor Presidente teve agora, aceitou e autorizou a questão do público, mas a solução alternativa poderá passar por não ter público de todo, pelo menos até 30 de Junho, e tentar a transmissão



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

on line da Assembleia, o que neste momento já é amplamente difundido e está a ser adotado por muitas Juntas de Freguesia. De facto, não na minha qualidade de jurista, mas na minha qualidade de eleito local, desde que começou a pandemia, ou seja, desde a primeira Assembleia de Freguesia, que teve lugar em Junho de 2020, que transmitimos de uma forma completamente artesanal, com muitas queixas das pessoas, porque depois “não ouvem, ouve-se mal, porque o som não está em condições”, depois, há sempre queixas. Mas, a verdade, porém, é que a transmitimos por simples telemóvel ligado ao Facebook da Junta, na página da Junta, transmite-se para o Facebook da Junta, ouve-se, não se ouve, não se ouve. Agora, eu, há uma questão, o Senhor Presidente tem o poder, e a Assembleia tem o poder para decidir isto, mas há uma questão essencial que é: o regimento permite? Esta é que é a questão essencial. Eu, sinceramente, já vi tantos regimentos nos últimos meses, que não lhe consigo assegurar se o regimento da Assembleia da Freguesia de Galveias permite essa transmissão, ou não. Mas, de facto, seria uma solução. Se não estiver previsto, se não disser que é proibido, pode fazê-lo, porque a Lei permite. Portanto, há aqui uma questão, havendo acordo entre todos, não me parece que haja aqui problema e facilitaria esta situação. De facto, parece-me que evitar-se-ia muitas vezes esta situação. Lembro que o concelho de Ponte de Sor há duas semanas que já passou as linhas vermelhas. A semana passada esteve com 680 por 100.000, se não estou em erro, e esta semana estava com também 600 por 100.000 infetados. Portanto, há um ano com 600 pessoas estava em confinamento total, se fosse há um ano. Lembremos como é que estavam definidas as regras há um ano. E esta situação não é fácil. Tem de se ir ver dia-a-dia, muitas vezes, como é que se resolve a situação. Ah, neste momento nós vemos toda a gente já a desmarcar tudo o que era festas de fim de ano, porque a perspectiva cá é, de facto, que até 31 de Dezembro as coisas venham a piorar. Por isso, aquela semana de contenção definida em prevenção, em Janeiro. Mas, depois, há outro problema: o Conselho de Ministros vem definir a contenção para dia 1 de Janeiro para a prevenção de Janeiro, mas não definiu como fazer. Como é, os pais vão pedir baixa para apoio à família? Porque as crianças vão ficar em casa. Chama-se semana de contenção para as crianças, mas os pais, alguém tem de ficar com as crianças, porque



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

as creches têm que ficar fechadas, os ATLS têm que ficar fechados, tudo o que seja serviços de apoio a crianças, têm que ficar encerrados. Aliás, não o disseram, mas numa interpretação alargada, inclusive os parques infantis devem ser encerrados, em seguida nesse mês de contenção. Eu quero, mas não está dito o que é que vai resultar daí, como é que vai ser pago, porque a baixa de apoio à família tem um limite. Ora, se nós começamos já o ano a queimar o limite das baixas de apoio à família para os pais, a meio do ano já não há baixas para apoio à família. E isto é uma baixa imposta, ainda por cima, é uma baixa imposta pelo Estado. E esperemos que seja só esta semana de contenção. A questão que aqui está, se me permite, Senhor Presidente, é que temos que ir caso a caso, assembleia a assembleia, analisar quais é que são as condições e, acima de tudo, para permitir que os trabalhos decorram com a maior normalidade possível. Depois, serão publicados os editais como é praxe, os editais com as deliberações tomadas e serão publicadas as atas também. A publicidade também, é assegurada nesta matéria. Ainda que só estejam 6 pessoas do público presentes, foram 6 pessoas que manifestaram aqui o seu interesse, participaram ativamente e, pelo menos, conseguem transmitir também à restante população que gostaria de estar aqui presente e não está, aquilo que se passou aqui dentro. Mas, ainda assim, permita-me apenas dizer isso, o Senhor Presidente, o meu parecer era, de facto, não se fazer com o público, era para ficar sempre sem público nenhum e transmitir online. Não se conseguiu arranjar essas questões, mas parece que uma fração da comunidade podia ser a solução.”-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia Luís Armando Rodrigues Soeiro, declarou encerrada a reunião do que para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que foi **aprovada por unanimidade**, em minuta, e, vai ser assinada por mim, Carlos Valente, que a redigi e pelo senhor Presidente da Assembleia de acordo com o artigo trigésimo do regimento em vigor.-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS
